

HOMENAGEM  
AO DOUTOR BARBOSA DE MAGALHÃES

*Em Fevereiro passado e conforme já se referiu em número anterior, foi prestada, na cidade de Aveiro, uma expressiva homenagem ao ilustre Mestre e Advogado Doutor José Maria Vilhena Barbosa de Magalhães.*

*O nosso antigo Bastonário, Dr. Ângelo de Almeida Ribeiro, com o brilho e a proficiência do costume, fez o elogio do homenageado, quer quanto à sua excepcional envergadura como jurista, quer analisando as suas admiráveis qualidades humanas.*

*Arquiva-se nestas colunas o discurso do Dr. Almeida Ribeiro, cujo teor é o seguinte:*

Sr. Presidente da Assembleia da República  
Sr. Ministro da Justiça  
Sr. Provedor de Justiça  
Meritíssimo Juiz do Círculo Judicial de Aveiro  
Sr. Bastonário da Ordem dos Advogados  
Sr. Governador Civil de Aveiro  
Sr. Reitor da Universidade de Aveiro  
Sr. Presidente da Câmara Municipal de Aveiro  
Srs. Membros da Comissão Organizadora da  
Homenagem ao Prof. Barbosa de Magalhães  
Ilustres membros da Família do  
Prof. Barbosa de Magalhães  
Minhas Senhoras e meus Senhores:

Na manhã do dia 17 de Junho de 1941, quem estas palavras profere assistiu a uma cena sobremaneira insólita, que para

sempre ficou gravada na sua memória de colegial de leis com a juventude dos 18 anos. No momento em que se iniciavam as provas escritas do 3.º Ano da Faculdade de Direito de Lisboa, o respectivo chefe da secretaria, açodado e zeloso, penetrava na sala onde decorria o exame e exclamava: «o Senhor Doutor não pode continuar, porque o despacho já vem publicado no Diário do Governo».

O interpelado era o insigne Mestre de Direito Comercial, Professor Doutor José Maria Vilhena Barbosa de Magalhães, Ilustre Filho desta abençoada terra de Aveiro, o qual, aos 62 anos de idade assim viu cortada, pelo arbítrio e pela incompreensão, uma carreira docente exemplar. A vida pública, essa já lhe havia sido retirada há vários anos, quase totalmente, com o advento da ditadura, que fez tábua rasa dos altíssimos serviços prestados ao País pelo político, pelo diplomata, pelo jurisconsulto.

O despacho em causa tinha toda a marca do autoritarismo paternalista do seu autor, que disfarçava com falsa modéstia o seu enorme orgulho e tremenda intolerância. Rezava assim:

«Tem-se pacientemente aguardado que a massa de factos políticos, jurídicos, económicos, sociais, constitutivos do que se tem chamado Revolução Nacional, pudesse vir a ser objectivamente considerada pelo professor Barbosa de Magalhães e que o mesmo professor pudesse vir a ter a plena consciência da sua responsabilidade de mestre numa Faculdade universitária e de director de uma revista que pretende apresentar-se como revista de direito.

É pelo visto inútil esperar mais, e a não aplicação da lei pode dar, no caso presente, a falsa ideia de que outros motivos, além da longaminidade do Poder e do respeito pelas funções docentes, se têm oposto a que se aplique. Por estes motivos, o Conselho de Ministros considera abrangido no artigo 1.º do decreto n.º 25 317 o professor da Faculdade de Direito de Lisboa, J. M. Vilhena Barbosa de Magalhães.»

A lei invocada, por sua vez, prescrevia que «os funcionários ou empregados, civis ou militares, que tenham revelado ou revelem espírito de opposição aos princípios fundamentais da Constituição Política, ou não dêem garantia de cooperarem na realização dos fins superiores do Estado, serão aposentados ou reformados, se a isso tiverem direito, ou demitidos em caso contrário».

Honrosa se pode considerar a aplicação de tal medida, que se dirigia àqueles que ousassem, com verticalidade e independência, opor-se à orientação política totalitária então triunfante. E o Professor Barbosa de Magalhães pertencia à estirpe de Homens que não vergam, nem se adaptam, nem transigem, e que por amor aos princípios ou fidelidade aos ideais sacrificam benesses, honrarias, cómoda tranquilidade na Vida.

Que se passara então?

Era costume do Professor Barbosa de Magalhães, proprietário e director da Gazeta da Relação de Lisboa, fazer em cada começo de ano da publicação da revista uma espécie de «Juízo do Ano», da actividade legislativa no nosso País.

Já no n.º 1 do Ano 52.º, de 1 de Maio de 1938, ali surgia uma crítica, embora benigna. Escrevia-se na Gazeta: «O período que corresponde ao ano 51.º da Gazeta, agora findo, nada tem a assinalá-lo, se bem que pareça ser o começo de um período de acalmia legisferante. Pourvu que ça dure...»

Mas no ano seguinte, já o Professor Barbosa de Magalhães fora mais contundente ao escrever:

«De 1 de Maio de 1938 a 30 de Abril de 1939 fomos obsequiados com 9 leis, 942 decretos, com e sem força de lei, e 216 portarias...

A Assembleia Nacional quase só se limitou a ratificar Decretos com força de lei.

Na verdade, 9 leis apenas é quase nada. Para tão pouco, vale a pena incomodar tanta gente e gastar tanto dinheiro?»

Em 1940, o director da Gazeta desferiu um novo ataque:

«Não foi muito fecunda, nesta última sessão legislativa, a Assembleia Nacional — votou apenas 5 leis.

Não foi muito, mas para que há-de ela cansar-se se o Governo vai provendo a todas as necessidades com os seus decretos-leis?»

Mas foi o que o Professor Barbosa de Magalhães escreveu em 1 de Maio de 1941, no limiar do Ano 55.º da Revista que irritou definitivamente o espírito do homem que governou autarquicamente o País durante dezenas de anos, avesso a críticas, alérgico a discordâncias.

Com efeito, escrevera-se na Gazeta:

«A Assembleia Nacional continua em estado de quase inanição — discutiu e votou apenas 6 leis, apesar de ter tido uma sessão extraordinária. Ora, podendo o Governo fazer leis ou decretos, que a elas equivalem, e fazendo tantos, a Assembleia Nacional é um luxo caro.»

E a seguir, referindo a reunião extraordinária daquela Assembleia para apreciação da Concordata e do Acordo Missionário assinados entre Portugal e a Santa Sé, comenta:

«Depois de alguns deputados orarem, foi proferido o sacramental Amen, aceitando-se com entusiasmo a supremacia da Igreja Católica sobre o Poder Civil.

Só falta a Inquisição.»

Mas isto, que já era muito para a sensibilidade epidérmica que então se acolhia em S. Bento, tinha de se completar com outro contexto, que extravazava do próprio estilo do director da revista, reproduzindo a sua maneira de pensar e agir na vida. E isto num período tão conturbado para o Mundo como aquele que decorria de 1938 a 1941, data esta em que foi, finalmente, silenciada a Gazeta da Relação de Lisboa, em consonância com a expulsão da cátedra.

Com efeito, o Professor Barbosa de Magalhães manifestava, simultaneamente com aquelas acerbas críticas, o seu entusiasmo pelas grandes democracias ocidentais e pelos princípios de liberdade e de justiça numa altura ainda em que os sorrisos do ditador se dirigiam para os êxitos provisórios alcançados nessa época pelas potências do Eixo, uma delas representada em permanência pela fotografia mussoliniana que ornava a sua mesa de trabalho.

Assim, em 1938, o Ilustre homenageado desta noite escrevia:

«A injustiça é a mãe de todos os males sociais.

Assumindo várias formas, a todo o momento e em todos os lugares ela se ergue, quase sempre com ar dominador e triunfante.

E nos tempos que vão correndo ela campeia desenfreada, por toda a parte, a ponto de se pensar que o Direito, tanto interno como internacional, é o produto da vontade do mais forte.

Haja em vista o que se tem passado na Rússia, na Alemanha, na Itália e na Espanha; o que aconteceu à Abissínia, à Áustria e a ameaça que está pendente sobre a Checoslováquia; e a Sociedade das Nações, com o inconveniente gáudio de tantos parece moribunda.

Há que descrever da Justiça Social?

Voltamos ao tempo da escravidão dos Povos e do Povo?

Não. Atravessamos um período de crise, grave sem dúvida, mas da qual a Humanidade há-de sair depurada e a Justiça há-de sair vitoriosa.

É preciso ter esta fé. Mas é preciso também lutar pelo domínio dos Grandes Princípios, que ainda se fazem sentir no meio desta confusão, desta contradição, deste caos de sentimentos, de ideias e de actos que avassala quase tudo e quase todos.

A Gazeta mantém-se no seu posto, pugnando pela Justiça.

Só pela Justiça se consegue a Paz e só pela Paz se consegue o Bem estar social.»

No ano seguinte o tom sobe de ponto, revelando toda a amargurada sensibilidade do Jurista:

«Tem persistido, agravando-se cada vez mais, a crise internacional, que para todos os que têm o culto do Direito, da Liberdade e da Justiça, e não o da violência, do arbítrio e da força, tem acarretado sofrimento e angústia.

Os chamados Estados totalitários têm continuado com os seus atentados contra os países pequenos e com as suas provocações às grandes potências democráticas, e todos, menos os que vão desaparecendo... por anexação e os que, mal ou bem, se sentem isentos de perigo, continuam a corrida aos armamentos, uns para atacar, outros para se defender.

Moribunda a Sociedade das Nações, vilipendiado e escarnecido o Direito Internacional, perdido o respeito pela pessoa humana, voltou-se nalguns países e no campo internacional à opressão, à violência, à barbárie.

Por vezes, procura-se mascarar os actos praticados ou a praticar com novas teorias — do racismo, do espaço vital, da autarcia, e quejandas; outras vezes invoca-se a lei do mais forte em armas — fortaleza que é de todas a mais fraca; e outras vezes ainda a mentira, a corrupção e a audácia servem de colaboradoras da força bruta. Triste panorama se apresenta assim aos nossos olhos, ao nosso espírito, à nossa consciência.

No entanto, e entretanto, que desgraças se produzirão ainda antes que se regresse a um período de Paz, de Legalidade e de Liberdade?

Este mal estar, este desequilíbrio, estas perturbações nas relações internacionais têm profunda influência nas relações de ordem interna e privada, porque criam um estado de espírito, uma deformação na consciência individual, uma depressão no carácter e até na inteligência que destroem o respeito pela

vida humana, pela dignidade própria e alheia, pela palavra dada, pelos contratos, pela Lei, pela Verdade, pela Justiça.

Só se respeita a Autoridade; mas só se respeita porque ela, e só ela, tem a Força.

E os que, por vontade própria ou forçadamente, não empunham uma espingarda, uma espada ou um varapau, têm que empunhar e abrir o guarda-chuva — símbolo da paciência e da resignação — de afivelar uma máscara — símbolo do disfarce e da hipocrisia — e de se meter numa cave — símbolo do silêncio, da obscuridade e, por vezes, da cobardia.»

Em 1940, o dramatismo da época que se vivia surge, espontâneo e pungente nesse «júízo do ano», onde podia ler-se:

«Escrevemos numa hora grave e triste.

Grande parte da Europa está a ferro e fogo; a morte, o sofrimento, a miséria, campeiam já em vários países e ameaçam invadir outros; o Direito, a Moral, o Humanitarismo cedem à força bruta e a civilização ocidental sofre mais um duro ataque, de que há-de sair vencedora, mas que lhe custará enormíssimas perdas.

O nosso coração e o nosso espírito estão amargurados; mas a nossa esperança, a nossa certeza, continuam inabaláveis».

Finalmente, em 1941, nos derradeiros n.ºs da Revista, ainda Barbosa de Magalhães prometia prosseguir sem desfalecimento na execução do programa que se impôs na Gazeta «de defesa do império da Lei e do culto pela Verdade e pela Justiça». E acrescentaria que «no estado actual do mundo, só uma ideia pode dominar o nosso espírito e o nosso coração de patriota — que o incêndio, que lavra por tantos países não atinja o nosso, e que o nome de Portugal continue a designar um país livre e independente».

Como podia deixar de ser perseguido um homem que naquela época, assim pensava e assim expressava os seus sentimentos?

A iniciativa tomada na cidade natal do insigne Professor, para assinalar o centenário do seu nascimento, deu a honrosa oportunidade ao seu discípulo do último curso jurídico em que o deixaram reger Cadeira, de evocar as circunstâncias que rodearam a sua demissão. E é bom recordá-las por uma dupla ordem de razões: por um lado, para avivar a memória daqueles que têm tendência para esquecer ou minimizar prepotências passadas e, por outro lado, para pôr em guarda os homens de hoje para que eles nunca sucumbam à tentação de cometerem erros idênticos.

O método seguido nesta pequena comunicação não é o mais ortodoxo, quando se pretende fazer o elogio histórico duma personalidade moral e intelectual tão rica como a do homenageado desta sessão. Mas mais valem as pinceladas impressionantes, com aspectos salientes da vida dum grande Homem, que o descretear monótono de factos cronologicamente ordenados.

O chamado «Estado Novo» estava tão seguro de si, tão impante da sua auto-suficiência, que entendeu poder riscar numa espécie de antecipada «morte civil» um dos mais fecundos elementos da Sociedade portuguesa.

E fê-lo a quem fora Professor Catedrático da Faculdade de Direito de Lisboa; Representante do Senado Universitário de Lisboa em seguida a Afonso Costa; Membro da Academia de Direito Internacional de Haia; sócio efectivo da Academia das Ciências de Lisboa onde ocupou a vaga de D. António Mendes Belo, que foi Cardeal Patriarca de Lisboa; Ministro dos Negócios Estrangeiros acompanhando António José de Almeida, na sua viagem triunfal ao Brasil; Bastonário da Ordem dos Advogados no triénio de 1933 a 1935; Publicista e Escritor de dezenas de obras jurídicas, detentor de uma rara cultura que tanto o levava a enaltecer o internacionalismo de Rui Barbosa como a evocar o salamantino Frei Francisco de Vitória; Advogado brilhante intervindo em pleitos famosos cuja recordação o tempo ainda não obliterou, desde o «Angola e Metrópole»

ao «Crime de Serrazes», tudo isto desapareceu com duas penas secas do recalçado governante de Santa Comba.

Adelino da Palma Carlos, Colega de Barbosa de Magalhães na profissão, na Faculdade e na sua veste de Bastonário da Ordem e que, para mais, foi seu notável biógrafo no elogio histórico que proferiu com comovida eloquência logo após a sua morte — e que também viera aqui, à cidade de Aveiro, enaltecer a memória do Ilustre Jurisconsulto e Fundador da Gazeta, Dr. José Maria Barbosa de Magalhães, Pai do nosso homenageado de hoje — conta-nos a sua reacção pela brutalidade da notícia:

«Corri ao seu escritório: apertei-o nos meus braços. Achei-o envelhecido pelo golpe, querendo embora mostrar-se-lhe indiferente e superior à adversidade; mas bailavam-lhe nos olhos duas pérolas de irreprimível tristeza...

Perdera a sua escola, que era parte da sua vida, a sua Gazeta, que era o seu enlevo, por nela perpetuar a obra de seu pai.

Só não perdera a fé...

Revejo-o a falar-me, de pé, junto da janela do seu gabinete, recorta-se diante de mim o seu perfil, frente à rua ensolarada, onde a multidão passava indiferente ao debate das nossas almas; e tenho a sensação de que nunca o vi tão grande como naquela hora triste, em que um do outro tentávamos esconder a nossa comum tristeza.»

Também nós recordamos a sua figura franzina, com a distinção que o berço e a educação lhe deram, descendo o Chiado, com curta paragem nas montras das livrarias, até ao seu escritório do 1.º andar do n.º 80, da Rua Nova do Almada, que ocupou até ao fim da sua vida, e que repartia com a tranquilidade da sua casa, ali a dois passos do miradouro da Senhora do Monte.

A ele se poderiam aplicar as palavras que o próprio Professor Barbosa de Magalhães utilizou para descrever Rui Barbosa:

«Não é muito raro que à fraqueza, a fragilidade do organismo físico de uma pessoa corresponda uma poderosa força da sua inteligência, do seu espírito.

Mais raro é que a essa circunstância acresça esta outra — a da força de carácter, da noção perfeita dos deveres e direitos de homem, de chefe de família e de cidadão».

Essa mesma força de ânimo ele demonstrou na célebre sessão de 8 de Outubro de 1945, no Centro Almirante Reis, que havia de dar lugar ao nascimento do Movimento de Unidade Democrática. Ao dar início aos trabalhos a que presidia, enaltecendo o significado social e as prováveis repercussões políticas da vitória aliada frizou que: «com a reunião que estava a decorrer, começara em Portugal uma revolução legal e ordeira no sistema da política interna, com a afirmação de princípios e ideias que vigoram gloriosamente nos países da mais adiantada civilização», o que o levou a «saudar calorosamente e com mal reprimida emoção os republicanos que, firmes nas suas ideias, generosas e dignas, conscientes dos seus direitos e dos seus deveres de cidadãos livres, acorreram à chamada de um grupo de democratas que desejam, dentro da lei, da lealdade do combate, do respeito pelas ideias dos outros, e, principalmente, pelos princípios da liberdade humana, servir a sua Pátria com dignidade e altivez».

A breve trecho se verificaria que a honestidade destes propósitos não encontrou eco nos adversários, que dominavam o poder e, após o grande susto da vitória aliada, logo se desdobraram em sofismas que frustraram as esperanças com que os portugueses apaixonadamente viveram durante a II Guerra Mundial, convictos de que acabariam de vez no Mundo as guerras e os regimes totalitários. A desilusão foi grande para o Prof. Barbosa de Magalhães, e continuou a sê-lo para as gerações que lhe sucederam, como a nossa, ao verificarmos que a Paz foi clarão de pouca dura, e que os conflitos armados, o esmagamento das liberdades e a violação dos direitos da pessoa humana, passaram a ser acontecimento quotidiano, um pouco por toda a parte deste conturbado Globo.

É-nos particularmente grato evocar a acção do Dr. José Maria Vilhena Barbosa de Magalhães como Bastonário da sua Ordem, para onde foi eleito em 16 de Março de 1933.

No seu fecundo triênio interveio directamente na reforma do Estatuto Judiciário, na parte referente aos advogados e iniciou os estudos para a criação da Caixa de Previdência da Ordem. Actualizou a Biblioteca, organizando os respectivos ficheiros e ordenando a compra de livros e a assinatura de revistas estrangeiras. Melhorou a assistência aos Colegas necessitados, e aceitou o legado duma benemérita que instituiu, nessa altura, uma Casa de Repouso para Advogados, na Carregosa, concelho de Oliveira de Azemeis.

Por outro lado, realizou uma série de conferências sobre temas da actualidade jurídica, homenageou os advogados brasileiros que então se encontravam exilados em Portugal e foi um dos oradores oficiais na sessão comemorativa do Centenário do Supremo Tribunal de Justiça.

E a Barbosa de Magalhães se ficou devendo, igualmente, a instalação da Ordem dos Advogados no local onde ainda hoje se encontra, no belo palácio de Largo de São Domingos, em Lisboa.

E propôs a efectivação de um Congresso Jurídico Nacional, que só muito mais tarde, em 1972, foi possível concretizar através do I Congresso Nacional dos Advogados.

Finalmente, ele foi o primeiro a reagir contra o projecto de decreto que fazia ingressar a Ordem dos Advogados no regime corporativo. Deslocou-se ao Ministério da Justiça com o Dr. Carlos Pinto Coelho, de política tão diferente da sua, conseguiram a suspensão da publicação do decreto, e da sua intervenção resultou que a Ordem fosse o único organismo profissional que não se integrou no departamento oficial corporativo, ficando ligado, como ainda hoje acontece e é veemente desejo dos Advogados, ao Ministério da Justiça.

Também como Professor as suas ideias têm ainda uma actualidade flagrante. Quem ousará pôr em dúvida que teriam perfeito cabimento, hoje em dia, as suas concepções do ano longínquo de 1915? Ouçamo-lo num discurso que proferiu na sessão inaugural desse ano lectivo na Universidade de Lisboa:

«Não é só nos professores, que depositamos a nossa confiança; é também nos estudantes, naqueles,

que não são já apenas nossos discípulos, mas são também nossos companheiros, nossos colaboradores, que connosco estudam e trabalham, conversam e discutem, e que connosco estão hoje, pelo estreito convívio nas aulas práticas, nos laboratórios, nas oficinas e nas visitas de estudo, pela mútua colaboração nas suas e nas nossas revistas, pela sua representação nos Senados Universitários e pela melhor compreensão da sua e da nossa missão, numa mais íntima e perfeita comunhão intelectual e moral.

Dela confio eu os maiores benefícios para a execução íntegra da reforma universitária e para o progresso do ensino, que será tanto maior, mais perfeito e mais intenso, quanto maior, mais consciente e mais sincera for a colaboração daqueles, que, sendo hoje o que nós fomos ontem, serão amanhã os novos obreiros da civilização e do progresso do nosso país».

E prosseguia, com uma tal clarividência, que não resistimos ao impulso da transcrição:

«Há quem pense que espírito universitário quer dizer, ou importa espírito fradesco, jesuítico mesmo, autoritário e reacionário, que uma Universidade é como que uma prisão, impedindo a iniciativa, tolhendo a liberdade de acção, prejudicando os movimentos da Faculdades e Escolas, dos professores e alunos, que é uma complicada engrenagem, servindo apenas para embaraçar e dificultar.

Quem assim pensa, desconhece que aquele espírito fradesco e reacionário, que por tanto tempo, é verdade, dominou a educação portuguesa, e que tanto deformou a alma nacional, fez a sua época, e já felizmente desapareceu quase, se não inteiramente. E se quereis não o sentir mais na instrução, na educação e mesmo noutras manifestações da vida social, propugnai sempre pela perfeita laicisação da escola, prégai os princípios democráticos e fazei com que se apliquem em todos os graus do ensino.

É ainda ao calor desses princípios, e principalmente da liberdade do ensino em toda a sua extensão, permitindo e auxiliando, ao lado da universidade oficial, a universidade livre, admitindo naquelas os professores livres, ou mesmo, como já nalguns países se tem feito, estabelecendo nela as chamadas «cátedras livres», que a Universidade será como que um organismo, com vida própria, em que cada órgão tem o seu lugar próprio e a sua especial função a desempenhar, em que haverá liberdade de movimentos, de acção, como haverá consciência, iniciativa e responsabilidades.

A Universidade não tolhe a iniciativa, a livre acção das Faculdades e Escolas, da mesma forma que estas não tolhem a iniciativa e a livre acção dos professores, senão no estritamente necessário para congregar e orientar as energias e esforços comuns, para dar a imprescindível unidade, que é uma força, cujo não aproveitamento constituiria grave erro pedagógico e social».

Foi, pois, um grande Mestre que assim pensava, que viu derrotadas as suas concepções vivas duma Universidade actuante, para assistir à implantação, que sofreu na sua própria carne, dum regime universitário ao invés daquilo por que ansiava. Mas as palavras que acima reproduzimos, são tão ponderadas e tão lúcidas, que bem podiam servir de fonte de inspiração aos reformadores hodiernos do ensino em Portugal.

Barbosa de Magalhães era, assim, um espírito lúcido, aberto, avançado em relação ao seu tempo. E foi isso que lhe não perdoaram adversários irreductíveis, que nem sequer tinham valor que lhes permitisse ombrear consigo. O reconhecimento do que é justo e acertado chega, muitas vezes, tarde demais. Mas com as palavras que atrás reproduzimos, representando a pedagogia da justa medida e do racionalismo humanista em que se movia, o insigne Mestre — que repudiaria, obviamente, se ainda estivesse entre nós, o ensino tal como se tem praticado ultimamente

em Portugal — deixou-nos uma lição magistral que não é lícito subestimar.

Liberal e tolerante — ou não tivesse nascido em Aveiro, terra de gente independente e vertical — admitia o diálogo, respeitava as ideias dos outros com o mesmo ardor com que pretendia que respeitassem as suas. Daí que tivesse aberto as colunas da sua Gazeta a juristas que consigo não tinham afinidades políticas. E no seu escritório conviviam também colegas de diferentes formas de actuação política, sem que isso ensombresse as relações pessoais e a estima de todos por esse notável patriarca do Direito.

Na Academia das Ciências fez o Professor Barbosa de Magalhães, um dia, o seu auto retrato: «Homem de leis, seu fazedor, e seu aplicador por vezes, seu intérprete por profissão, tenho sido e sou delas cumpridor, sempre, em todas as circunstâncias, por feitio e educação.

Tenho para mim que só há sociedade bem organizada quando governantes e governados à lei obedecem, quando tirram em a cumprir, quando dela são escravos.

É ainda esta uma maneira de ser liberal — como eu o sou.»

E foi assim, com esta simplicidade, com esta modéstia natural, sem ponta de affectação, que este ínclito varão se autobiografou.

É neste ano de 1979, cem anos depois do seu nascimento, ocorrido na freguesia de Vera Cruz, desta nobre e liberal cidade de Aveiro, a 31 de Dezembro, que uma Comissão se organizou para assinalar essa data. Nos tempos que correm, eivados dum utilitarismo pragmático, escasseiam manifestações deste género, já que a memória dos homens é curta, as preocupações do dia a dia são muitas, e as pessoas têm tendência a homenagear os vivos. Bem haja, pois, quem teve a feliz, justa e acertada ideia, e lhe deu execução. Aveiro dá-nos um exemplo da gratidão pela memória de um seu conterrâneo dos mais ilustres, retirando-o das cinzas do passado e relembRANDO-o mais uma vez àqueles que tiveram o privilégio de conhecê-lo ou de com ele conviver.

Tivemos a preocupação exaustiva de não fazer citações que não fossem de palavras ou escritos do próprio homenageado, certos como estávamos de que só elas dariam colorido e brilho à exposição. Mas quem neste momento as profere cumpre, além do mais, um dever de consciência, vindo dialogar com o Mestre que não chegou a examiná-lo naquele já longínquo verão de 1941. E é como se estivéssemos agora a prestar provas perante ele próprio, face a um júri de que ele seria, afinal, o mais benévolo, o mais compreensivo e o mais justo dos examinadores.

Tenho dito.